

# “Sugestões”:

O ESTADO DE S. PAULO 9

SAÚDE

## desapropriar e estatizar

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Estatização gradativa de todos os serviços de saúde. Esta foi a principal proposta aprovada ontem — por maioria de votos e com aplausos — no encerramento da 8a. Conferência Nacional de Saúde. Quase todos os mil delegados presentes defenderam a estatização num sistema coordenado por um único ministério, mas com execução descentralizada a nível estadual e — principalmente — municipal. Foi aprovada a estatização da indústria farmacêutica, dos bancos de sangue, insumos, imunobiológicos e equipamentos de saúde. Os delegados aprovaram ainda a proibição da publicidade de medicamentos, alimentos e produtos nocivos à saúde. O grupo contrário à estatização, no entanto, não participou da conferência.

As propostas aprovadas no documento “Reformulação do Sistema Nacional de Saúde” incluem ainda o congelamento a partir de 30 de março de todos os contratos e credenciamentos mantidos pelo Inamps com os serviços privados — hospitais clínicos e laboratórios — e com profissionais autônomos — médicos, dentistas e outros. Também foram aprovadas a suspensão dos incentivos concedidos pelo Inamps à medicina de grupo e à intervenção do governo, com possibilidade até de desapropriação

de hospitais e demais estabelecimentos que insistirem em fraudar a Previdência Social, ou qualquer outra atividade ilegal.

Os delegados aprovaram a criação de um sistema único de saúde através de uma grande reforma sanitária e a universalização da cobertura à população a partir das áreas mais carentes, além de descentralização dos serviços a nível municipal e estadual. Outra sugestão do documento é a integração das ações de saúde para acabar com a dicotomia entre medicina preventiva e curativa, hoje executadas distintamente pelos ministérios da Saúde e Previdência Social. A população também está convidada a participar da formulação dessa nova política de saúde, através do planejamento, gestão, execução e avaliação das ações integradas de saúde por meio de órgãos colegiados que representem as diversas categorias profissionais.

Das três propostas de estatização que constam do documento, foi aprovada a que defende a “estatização progressiva do sistema de saúde, através de uma retração continuada dos recursos repassados à rede privada e a expansão em paralelo da rede pública”. Essa proposta destaca que o seu objetivo é fazer que o cuidado com a saúde seja “uma ação eminentemente não lucrativa e um dever do Estado”. A proposta mais radical foi a da CUT (Central Única dos Trabalhadores), que pedia “alcançar a ime-

diata e integral estatização do sistema de saúde”. E a terceira sugestão — também rejeitada — destacava que “o principal objetivo a ser alcançado com a estatização é a integral gestão pública dos prestadores privados, que passariam a ter controlados seus procedimentos operacionais e direcionadas suas ações no campo da saúde, sendo coibidos também os lucros abusivos”.

O documento alerta também que a maior participação do setor público como prestador de serviços “se configura viável e socialmente desejável caso haja aprimoramento de seus procedimentos gerenciais para que possa operar com maior eficiência e conquistar a confiança de sua clientela”. Também foi aprovado o direito à greve, a sindicalização dos profissionais de saúde, a equiparação salarial e a estabilidade no emprego mediante admissão através de concurso público, com capacitação e reciclagem permanentes.

O controle oficial efetivo sobre os serviços privados de saúde devem possibilitar, segundo a proposta aprovada, a intervenção governamental — que pode chegar à desapropriação sem indenização —, sempre que caracterizada a insistência em fraudes ou uma conduta dolosa. Trata-se “de aplicar no campo da saúde instrumentos de proteção da sociedade similares àqueles já adotados nas relações do governo com outros setores.